

FINANCIAMENTO ELEITORAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

RESUMO

Vanessa Reis de Oliveira
Caetano
Mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável
PPGDTs/UFPR Litoral – UFPR – Matinhos – Paraná – Brasil.
Email:
vanessareolicaetano@hotmail.com

Ivan Jairo Junckes Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e docente da UFPR – Matinhos – Paraná – Brasil.
Email:
ivanjairojunckes@gmail.com

Recebido: 22/10/2025
Aprovado: 24/10/2025
DOI:
10.5380/gestus.v6i1.101786

As políticas públicas do desenvolvimento sustentável são comandadas por mandatários cujo desempenho e sucesso eleitoral guardam relação direta com o financiamento eleitoral. Todavia, teses e dissertações sobre o desenvolvimento e sobre políticas públicas frequentemente não abordam a política eleitoral e tampouco o financiamento de candidatos. Diante disso, investigamos neste artigo um recorte temático escolhendo o desenvolvimento e a sustentabilidade, verificando se estão presentes em publicações sobre financiamento eleitoral. Como parte dos trabalhos do Laboratório de Análise de Redes (LAR), foi realizado um estudo de bibliometria relacional em resumos de 100 artigos selecionados, utilizando os programas OpenRefine para o tratamento dos resumos e Gephi para a análise de redes de palavras. Os resultados demonstram um posicionamento periférico da temática escolhida nos estudos de financiamento eleitoral. O trabalho contribui para evidenciar um vácuo de conhecimento entre temáticas do desenvolvimento sustentável e do financiamento político-eleitoral dos mandatários que operam as políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas. Públicas. Financiamento Eleitoral. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Bibliometria.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o financiamento eleitoral e a elaboração das políticas públicas é importante para entender como os recursos arrecadados pelos partidos políticos e candidatos, após eleitos, podem influenciar essas políticas em prol de seus financiadores. O presente trabalho é um estudo de caso que busca identificar como o desenvolvimento e a sustentabilidade estão presentes nos estudos que tratam sobre o financiamento eleitoral e políticas públicas.

O desenvolvimento sustentável depende da política e as políticas têm estado dependentes do financiamento eleitoral dos mandatários, entretanto, estudos sobre política e financiamento eleitoral estão ausentes de 1.061 teses e dissertações que utilizaram o termo desenvolvimento entre suas palavras-chave produzidas em todos os programas que pertencem atualmente à área de ciências ambientais (<http://sucupira.capes.gov.br>) entre 1987 e 2017 (AZEVEDO et al., 2021). De outro lado, pode-se perguntar: em que medida a temática do desenvolvimento e da sustentabilidade está presente nos estudos sobre financiamento eleitoral? Esta é a questão que o trabalho procura responder.

Desenvolvimento é um termo polissêmico e que se tornou genérico, como SACHS (2000) aponta, devido ao seu uso desmedido para descrever uma diversidade de processos (im)produtivos no mundo. Nem sempre, ou raramente, significa desenvolvimento sustentável, visto que o desenvolvimento pode ser apenas econômico, ignorando os impactos socioambientais que esse desenvolvimento econômico pode ter em determinada região, dessa forma, surge a provocação, em que proporção os nossos representantes eleitos têm se preocupado com o desenvolvimento sustentável e a verificação das fontes que os elegeram.

A disputada concepção do que seja a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade foi incorporada na agenda pública pelos debates entre atores sociais e políticos que atuam com distintas perspectivas que influenciam diretamente na vida de toda a sociedade. As abordagens literárias sobre desenvolvimento tratam desde perspectivas que visam sustentar o desenvolvimento econômico com preocupação ecológica e social limitada, até as perspectivas transformistas que visam a superação do sistema capitalista para a sustentabilidade (AZEVEDO et al., 2021).

O desenvolvimento é influenciado por liberdades políticas e por condições habilitadoras como a educação para a manutenção de instituições eficientes, que possibilitam a livre condição de agente das pessoas nas escolhas democráticas (SEN, 2000). A educação como liberdade substancial e o exercício da liberdade instrumental na escolha democrática são determinantes para o fortalecimento das sociedades democráticas e para o uso eficiente dos recursos públicos nas pautas sustentáveis, tal qual proposto no objetivo 16, Paz, justiça e instituições eficazes, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em um país constituído pelo regime democrático, o voto popular é inerente ao sistema, pois através das eleições o povo escolhe os representantes que serão responsáveis por conduzir os processos decisórios e decidir sobre a implantação das políticas públicas.

Em processos eleitorais, a quantidade de doações e a diferença arrecadada pelos partidos ou candidatos exerce grande influência no resultado, de modo que, se um candidato receber poucas doações ou nenhuma, as suas chances são mínimas ou quase zero em promover a sua candidatura. A comunicação é importante para que através de suas palavras, discursos e campanhas seus futuros

eleitores sejam cativados, e sem recursos as chances do sucesso eleitoral se torna cada vez mais distante (DESCHAMPS et. al, 2021).

A Eficácia de uma instituição é uma variável dependente de uma gama de fatores que inclui desde a cultura de um povo e o sistema de acolhimento e participação das organizações sociais até o sistema partidário e as formas de financiamento eleitoral dos candidatos aos postos de comando institucionais. Os mandatários, tanto no legislativo quanto no executivo, são responsáveis pela elaboração e execução de políticas públicas resultantes de processos decisórios na arena política, incluindo as políticas ambientais (DESCHAMPS et. al, 2021; HOROCHOVSKI et al, 2017).

O voto é importante para a democracia e consequentemente para os candidatos obterem sucesso eleitoral, e com o aumento das campanhas é preciso tomar certos cuidados com a organização e como elas são operadas. As campanhas eleitorais são formadas por um sistema cultural de desigualdades sociais com grandes diferenças econômicas, o que pode promover um desequilíbrio (ASSIS, 2017). O poder econômico é elemento essencial na vida pública, devido à alta dependência das campanhas eleitorais em obter recursos financeiros necessários para que candidatos tenham maior visibilidade e maiores chances de sucesso eleitoral. A alta dependência com o dinheiro e as facilidades proporcionadas por ele, pode afetar de certa forma o cenário e a participação nas eleições, desestimulando alguns candidatos na disputa eleitoral, devido ao elevado custo envolvido.

Talvez fosse interessante uma sociedade onde todos e todas as titulares de candidaturas alcançassem seus eleitores de forma espontânea e todos os eleitores e todas as eleitoras tivessem amplo acesso às propostas dos candidatos e candidatas. Porém, como aponta Zovatto (2005, p. 289), “embora a democracia não tenha preço, ela tem custo”. O dinheiro importa para o desempenho eleitoral e a bibliografia aponta para uma acentuada intimidade e interdependência entre ambos (CERVI, HOROCHOVSKI e JUNCKES, 2015; HOROCHOVSKI et al, 2016; DESCAMPS et al, 2021).

Em disputas eleitorais onde se exige uma quantia maior de recursos financeiros para a obtenção de votos, Mancuso e Speck (2014) constatam que existe relação entre o dinheiro e o sucesso eleitoral. Um dos grandes avanços no sistema eleitoral brasileiro nas últimas décadas, foi a transparência, que também contribuiu para desvendar um sistema plutocrático que era alimentado com o auxílio de algumas empresas privadas, alterando assim, a imagem da política democrática brasileira. Posto isso, verifica-se a necessidade de pesquisar o quanto o dinheiro exerce influência nas eleições.

As doações empresariais foram as principais fontes de campanhas eleitorais entre os anos de 1994 a 2014, essas duas décadas de investimentos realizados por empresas são analisadas e retratadas em vários trabalhos de diversos autores (JUNCKES et al.,2016; HOROCHOVSKI et. al., 2016; MANCUSO, 2015).

Com a proibição de doações para campanhas por empresas a partir da vigência da Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015, e a fixação de um teto para gastos em campanha instituída pelo Congresso Nacional, verifica-se uma nova questão que deve ser investigada com relação ao sistema plutocrático. Se ele ainda permanece ou se houve uma redução com o fim do financiamento eleitoral.

Com a alteração das condições nas competições eleitorais, é possível verificar que existe um consenso entre os investigadores, de que os recursos arrecadados com o financiamento empresarial, alterou a postura dos partidos políticos,

deixando-os mais agressivos, competitivos e mais dependentes economicamente dessas fontes, a ponto de produzir distorções nas condições de disputa pelo voto (SPECK, 2016).

Segundo Mancuso (2015), no atual cenário político, econômico e social, onde o financiamento eleitoral tem um peso muito alto, para deixar de ser estudado. O financiamento eleitoral compõe-se de três fontes de recursos que, para Mancuso e Speck (2014), são mais relevantes, as doações empresariais, as doações de pessoas físicas e o autofinanciamento.

Em 2014, 239 grandes financiadores empresariais financiaram diretamente 81% dos eleitos no pleito, dentre eles 96% dos senadores, 91% dos deputados federais e 93% dos governadores (JUNCKES et al, 2019). Nas eleições subnacionais de 2008, 2012 e 2016 “os candidatos enquadrados no quartil mais alto de receita, ou seja, aqueles que aplicaram mais receitas em sua campanha, apresentaram mais de 184 vezes mais chances de serem eleitos em todos os anos, em relação aos concorrentes do quartil inferior de receita” (BUENO e JUNCKES, 2021). As eleições de 2018 e de 2020 mantiveram este padrão (CAMARGO, 2020; JUNCKES et al, 2021).

Assim eleitos, os mandatários comandam políticas de sustentabilidade que têm sido desenhadas aos interesses dos financiadores políticos, formados por grupos econômicos ou partidos políticos voltados ao desenvolvimento baseado no crescimento econômico que seguem padrões distantes do desenvolvimento sustentável defendido por organizações civis ligadas aos movimentos ambientalistas que lutam pela proteção e preservação do meio ambiente (HOROCHOVISKI et al, 2016; HOROCHOVISKI et al, 2017; GEARA et al, 2018; MELO et al, 2018; HOROCHOVISKI et al, 2020; MANCUSO et al, 2020; RESENDE et al, 2020; SANTOS et al, 2021). A rigor, os estudos apontam que o financiamento eleitoral gera uma troca de favores na implantação de políticas públicas que instituem ideias, sentidos e concepções do que seja desenvolvimento e do que seja sustentabilidade.

A importância dos estudos sobre financiamento eleitoral para compreender a produção das políticas públicas se tornam codependentes um do outro pois a democracia tem um papel vital para uma construção do desenvolvimento sustentável.

O estudo de questões como financiamento eleitoral é um fator fundamental para as engrenagens democráticas, onde ocorrem as campanhas políticas e consequentemente eleições de atores políticos, que após eleitos, são responsáveis para implementação e processos decisórios de aplicação de políticas públicas relacionados diretamente a questões sociais e ambientais. Isso aumenta a importância de estudos sobre financiamento eleitoral de alguma forma relacionados à produção das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade.

Nos tópicos a seguir estão detalhadas as fontes, o tratamento e a metodologia de análise dos dados, assim como apresentados e discutidos os resultados obtidos na investigação.

METODOLOGIA

Para responder à pergunta de partida (em que medida a temática do desenvolvimento e da sustentabilidade está presente nos estudos sobre financiamento eleitoral?) utilizamos recursos de análise bibliométrica e análise de redes sociais. O estudo faz parte de um projeto pelo qual busca-se explorar

características topológicas e modulares da produção acadêmica sobre financiamento político-eleitoral no Brasil nos últimos 30 anos e identificar suas principais características estruturais e organizacionais em termos de evolução de suas tendências e lacunas.

A bibliometria tem sido empregada para a análise de produções acadêmicas com o emprego de métodos estatísticos e matemáticos, envolvendo, por exemplo, informações que dizem respeito aos termos do título, palavras-chave, resumo, autorias, o periódico onde o artigo científico foi publicado e a quantidade de vezes em que foi mencionado. Por estudar as características quantitativas da produção, da propagação e da utilização das informações registradas, os estudos biométricos normalmente são usados para quantificar os dados relacionados a publicações que tratem de certos temas que estão sendo discutidos ou de áreas específicas do conhecimento (CLEMENTE e PINTO, 2022).

O primeiro passo foi a elaboração de um protocolo de pesquisa biométrica que orientou desde a coleta até análise dos dados, conforme demonstra a figura 1.

FIGURA 1: Protocolo de Pesquisa

FASE	PASSO
ESCOPO DO TRABALHO (Desenho da Pesquisa)	<p>PERGUNTA DE PARTIDA: <i>Como está organizada a produção do conhecimento científico sobre financiamento político eleitoral no Brasil nos últimos 30 anos?</i></p> <p>OBJETIVOS: Realizar um mapeamento científico por meio das características topológicas e modulares da produção acadêmica sobre financiamento eleitoral no Brasil nos últimos 30 anos. Identificar suas principais características estruturais, organizacionais em termos de evolução de suas tendências e lacunas.</p> <p>MÉTODOS BIBLIOMÉTRICOS: Coocorrência de palavras Acoplamento bibliográfico (relação entre dois artigos com base no número de referências) dos últimos 10 e dos últimos 5 anos Citação Autoria</p>
COLETA E COMPILAÇÃO DE DADOS	<p>BASES DE DADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Portal de periódicos CAPES ● Web of Science ● Scielo ● Scopus ● Dimensions ● BPSR ● <p>Indicação de especialistas: Brazilian Political Science Review (BPSR) > única revista 'brasileira' que publica exclusivamente em inglês</p>

	<p>Wagner texto do Sampaio (2019) [Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática: DOI: 10.17666/bib8805/2019] Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. B. Speck, 2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • RCCAP > construir string e após a busca selecionar só os não inclusos nas bases já pesq. • + e-legis > precisa ver um por um... • Teoria & Sociedade (UFMG) v. 23 2015 caderno temático > precisa ver um por um... • DOAJ <p>STRING BÁSICA DE BUSCA: "FINANCIAMENTO ELEI*" OR "FINANCIAMENTO POL*" OR "FINANCIAMENTO PARTID*" OR "FINANCIAMENTO CANDIDAT*" OR "FINANCIAMENTO CAMPANH*"</p> <p>DEPÓSITO DE DADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zotero • Planilhas de cálculo • RYYAN <p>TIPO DE DOCUMENTO COLETADO: Artigo científico (incluso revisão literatura)</p> <p>FILTROS Idioma Português Recorte espacial: BRASIL Recorte temporal: -2021</p> <p>CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: Artigo revisado por pares com título, autoria, ref., palavras-chave, resumo e citações/ref. Bibliográficas disponíveis. Temática financiamento eleitoral ser central no texto</p> <p>CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: falta de algum critério inclusão</p>
ANÁLISE DE DADOS	<p>FERRAMENTAS DE COLETA E TRATAMENTO DE DADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Zotero • RAYYAN • OpenRefine: depuração (mineração; lemantização e desambiguação) de resumos e palavras-chave (tesauro) <p>TIPO DE DADO ANALISADO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Metadados bibliográficos de artigos • Resumo dos artigos (em port. Ou traduzido) • Palavras-chave (em port. Ou traduzida). • Listas de referências bibliográficas. <p>FERRAMENTA DE ANÁLISE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Libre Office Cálc.: estatísticas da análise de redes e descritivas • Gephi: Aplicação das medidas bibliométricas de acoplamento bibliográfico e de dados: coocorrência de palavras-chave; clusterização.; visualização de resultados

VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS	FERRAMENTA DE VISUALIZAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> ● Libre Office Cálc.: tabelas ● Gephi: Grafos de análises de redes
INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	<ul style="list-style-type: none"> ● Descrição dos resultados ● Discussão dos artigos mais centrais dos mapas

Fonte: Laboratório de Análise de Redes – LAR (2022).

Realizamos buscas utilizando a string geral “FINANCIAMENTO ELEI*” OR “FINANCIAMENTO POL*” OR “FINANCIAMENTO PARTID*” OR “FINANCIAMENTO CANDIDAT*” OR “FINANCIAMENTO CAMPANH*” adaptada aos buscadores nas bases Portal de periódicos CAPES, Web Of Science, Scielo, Scopus, Dimensions e Brazilian Political Science Review (BPSR). Foram coletados documentos no formato de artigos científicos com o idioma em português (exceto para BPSR, revista brasileira publicada em inglês), recorte espacial Brasil e recorte temporal até 2021. Os resultados obtidos nas bases de dados podem ser visualizados conforme tabela 1.

TABELA 1: Coleta de Dados

BASE DE DADOS	STRING DE BUSCA	ITENS COLETADOS
Scielo	subject:(FINANCIAMENTO ELEI*) OR (FINANCIAMENTO ELEI*) (...)	62
Web Of Science	Expressão: subject:(FINANCIAMENTO ELEI*) (...) CU=BRAZIL AND (((((((((ALL=("ELEC (...)) excluído ano 2022 filtrar somente artigos*	16
Scopus	TITLE-ABS-KEY ("ELECTORAL FUND (...)	16
Portal de Periódicos Capes	"FINANCIAMENTO ELEITORAL" OR (...)	171
Dimensions	Filtros ativos: Periódicos revisados por pares; Artigos; Anos: 1986-2021; Português "FINANCIAMENTO ELEIT (...) >> somente artigo > título e resumo >> ATENÇÃO: EXCLUIR ANO 2022 (01 item) no Zotero	89
Brasilian Political Science Review (BPSR)	3 results by SCIELO subject:(ELECTORAL FUNDING) O(...)	3

total de itens coletados nas fontes: 357

exportação dos registros para o Zotero em formato. bib e. ris

total de itens após deduplicação Zotero = 285 itens

Fonte: Laboratório de Análise de Redes – LAR (2022).

Foram coletados inicialmente 357 registros, que foram exportados para o software gerenciador de dados Zotero (www.zotero.org) em formato (bib + ris). No Zotero foram realizadas complementação de dados e deduplicação reduzindo a base de dados para 285 registros. Os registros foram submetidos a uma seleção tripla cega utilizando-se o aplicativo RAYYAN – Intelligent Systematic Review (<https://www.rayyan.ai/>). Três revisores analisaram cada registro de acordo com critérios de inclusão e exclusão e finalizaram a etapa com 100 artigos selecionados.

Os resumos dos 100 artigos selecionados foram tratados excluindo-se os conectores e demais palavras sem sentido específico (stop words) e reduzindo as palavras semelhantes aos seus lemas (lemmatização). Utilizamos para esse trabalho o software OpenRefine (<https://openrefine.org/>). As palavras resultantes, associadas ao identificador de cada artigo, formaram a base de um arquivo de rede para ser visualizado e analisado no software Gephi (www.gephi.org).

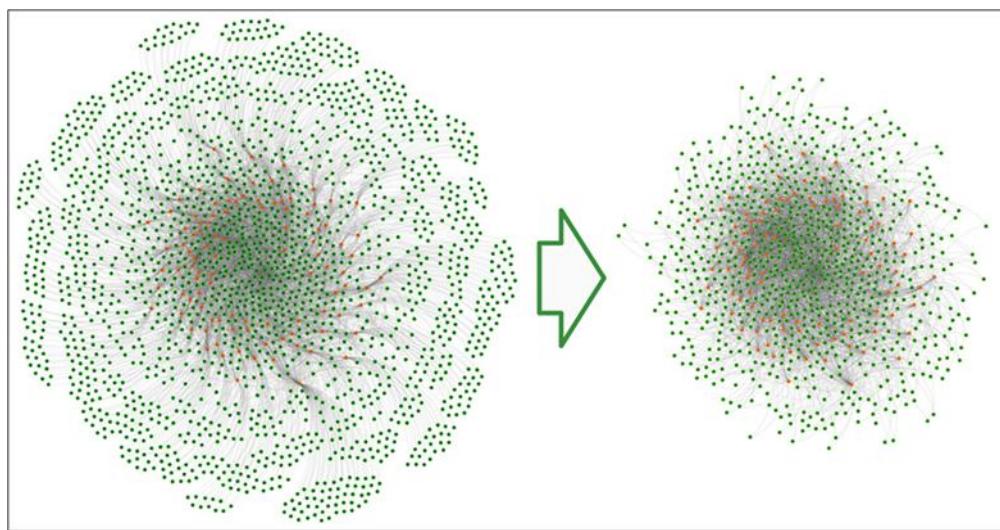
Da rede inicial removemos aquelas palavras que tivessem sido citadas apenas uma vez, portanto em apenas um artigo. Assim procedemos, pois os nós conectores apresentam maior centralidade de intermediação e capacidade explicativa na rede. Como nosso objetivo é analisar a rede de palavras, removemos os nós dos artigos utilizando um recurso de projeção multimodal que permite identificar os metarelacionamentos entre palavras, ou seja, permite montar uma nova rede de palavras conectadas por artigos.

A análise de redes sociais (ARS) aplicada à bibliometria permite o estudo topológico e modular das palavras, periódicos, autores e citações de artigos, teses e outras formas textuais de produção acadêmica. No presente trabalho realizamos a exploração topológica dos artigos selecionados visando a identificar a centralidade das palavras, termos e conceitos centrais na rede formada pelos resumos dos artigos. Os resultados do trabalho apresentamos a seguir.

RESULTADOS

O primeiro resultado gerado pela investigação é uma rede de artigos e palavras dos seus respectivos resumos que pode ser visualizada nos grafos exibidos na Figura 2. O grafo completo está composto por 1.978 nós (100 artigos representados por círculos de cor vermelha e 1.878 palavras representadas por círculos de cor verde) conectados por 5.482 arestas (linhas na cor cinza). Os nós estão com dimensionamento único e a distribuição utilizada é a Fruchterman-Reingold. O grafo menor mantém os padrões e está composto por 908 nós (100 artigos e 808 palavras) conectados por 4.344 arestas.

FIGURA 2: Grafos de rede de artigos e palavras dos resumos: bimodal completo e reduzido em grau 2



Fonte: Os autores (2022).

O grafo menor observável na Figura 2 foi obtido pela redução da rede inicial em grau 2.

Essa operação exclui 1.070 palavras que tenham sido citadas apenas em um dos resumos, mantendo, portanto, aquelas 808 palavras que apresentam dois ou mais relacionamentos. A exclusão das palavras periféricas na rede atende aos princípios da análise de redes, visto que nos interessa explorar as palavras conectoras que compõem o núcleo da rede e apresentam maior potencial explicativo.

A rede resultante de redução de grau 2 foi submetida a uma projeção multimodal visando a constituir uma nova rede de palavras (meta)conectadas às demais palavras através dos artigos, denominada rede unimodal em função da preservação de um só modo de nós, as palavras.

O grafo de rede projetada (Figura 3) utiliza a distribuição Network Splitter 3D e está composto por 808 nós (808 palavras representadas por círculos na cor verde) dimensionados por centralidade de intermediação e conectados por 64.475 arestas (relação de proximidade entre palavras-palavras dos artigos).

FIGURA 3: Grafo de rede unimodal de palavras dos resumos ligadas pelos artigos



Fonte: Os autores (2022).

No grafo de rede exibido na Figura 3 podemos observar a topologia da rede que projeta as palavras com maior centralidade de intermediação no topo mantendo as palavras com reduzida centralidade na sua base. Na parte inferior do grafo podemos observar a palavra desenvolvimento que ocupa a posição 66 em centralidade de intermediação. Os relacionamentos estabelecidos pelo nó desenvolvimento nos artigos revelam um maior enfoque econômico e empresarial com doze ligações e menor enfoque ambiental e sustentável com sete ligações.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Financiamento eleitoral é um tema inexistente nas produções investigadas por AZEVEDO et al., (2021) na área das ciências ambientais. Nos estudos políticos, por sua vez, o desenvolvimento ambiental e sustentável é um tema periférico nos artigos acadêmicos que discutem financiamento eleitoral. Os trabalhos da área política do financiamento eleitoral que abordam desenvolvimento ainda assim o fazem numa perspectiva unidimensional majoritariamente dedicada aos aspectos econômicos e produtivos, distanciando-se da discussão da sustentabilidade. Ou seja, constatamos um escasso relacionamento teórico entre áreas temáticas cujo diálogo seria profícuo para a compreensão das relações entre política, desenvolvimento e sustentabilidade. Especulativamente podemos questionar: por que dispomos de tão poucos trabalhos na área das ciências ambientais sobre a dinâmica de produção das políticas de desenvolvimento e sustentabilidade? Quais são os efeitos desse abandono das interfaces acadêmicas relacionadas ao desenvolvimento e sustentabilidade?

Sem estudos, o debate sobre a intersecção entre as duas áreas torna-se uma várzea acadêmica onde aos ambientalistas restam posicionamentos produzidos por suas convicções morais a respeito da política ou por projeções normativas daquilo que as políticas públicas deveriam ser, sem que conheçamos como elas são. De outro lado, aos estudiosos da política resta a reprodução de concepções economicistas do desenvolvimento ou posicionamentos que percebem os

acadêmicos das áreas ambientais como ingênuos idealistas e desconhecedores das regras da produção das políticas públicas. Como resultado, a política pública talvez seja tornada um fetiche sem origem determinada, cujos mandatários são considerados traidores e ou corruptores dos princípios da sustentabilidade. Havemos de considerar que os compromissos assumidos por parcela hegemônica dos eleitos para os cargos nos legislativos e executivos no país têm sido com o capital ou com a agenda partidária que os financia. Portanto, as políticas públicas pouco ou nada corresponderão aos ditames da sustentabilidade enquanto nossos mandatários permanecerem coerentemente responsivos aos seus investidores.

O presente estudo tem sido ampliado para a exploração temática (ou modular) das palavras-chave, além das relações de autorias, cocitações e da temporalidade das produções. Esperamos contribuir para que as ciências ambientais explorem melhor os processos de recrutamento de mandatários e da consequente produção de políticas de desenvolvimento e sustentabilidade, assim como buscamos fazê-lo de formas a contribuir para que a ciência política amplia a sua abordagem sobre a dimensão da sustentabilidade quando mobiliza o conceito de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Izadora Lincoln de. Representação feminina e financiamento de campanhas: histórico recente e novas perspectivas à luz da reforma eleitoral de 2015. *Revista de Ciências do Estado*, v. 2, n. 2, 2017. ISSN 2525-8036

AZEVEDO, Natália Tavares; JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Edson Armando. Desenvolvimento e ciências ambientais: analisando as redes temáticas da agenda de pesquisa da área no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 56, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73248>>. Acesso em: 5/8/2022.

BUENO, Adriana Aurea Mota.; JUNCKES, Ivan Jairo. Dinheiro, democracia e a (sub) representação das mulheres nas eleições de 2008, 2012 E 2016 no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/81598>>. Acesso em: 7/12/2021.

CAMARGO, Neilor Firmino. Redes de financiamento eleitoral em 2014 e 2018: efeitos da proibição de doações empresariais. *Tese de doutorado*, 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69921>>. Acesso em: 11/8/2022.

CERVI, Emerson Urizzi; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo. Redes de doadores e financiamento político em 2014: distinguindo doações para candidatos, partidos e comitês financeiros nas eleições presidenciais brasileiras. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, Brasília, v.8, n.18, p. 80-100, 2015.

CLEMENTE, Augusto Junior; PINTO, Élida Graziane. Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências: Políticas públicas e pesquisa sobre políticas públicas no Brasil. Boa Vista - RR: Editora IOLE, 2022. Disponível em: <https://zenodo.org/record/6063897>. Acesso em: 1 ago. 2022.

DESCHAMPS, Jacques Paul; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Firmino. Dinheiro e sucesso eleitoral em 2008, 2012 e 2016 no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 3, p. 736–756, 2021. Fundação Getúlio Vargas.

GEARA, Luiz Eduardo; JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CLEMENTE, Augusto Junior. O financiamento eleitoral nas comissões permanentes da câmara dos deputados: uma análise do meta relacionamento entre empresas e parlamentares. *E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 11, n. 26, p. 60–81, 2018.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; SERAFIM, Tainá Reis. A quem interessam as políticas ambientais? Redes de financiamento eleitoral empresarial na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados. *E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 13, n. 31, p. 32–60, 2020.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; SERAFIM, Tainá Reis; NETO, Pedro Bastos. Redes de financiamento eleitoral e grupos de capital na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. *Redes* (Santa Cruz do Sul, Brazil), v. 22, n. 3, p. 145–169, 2017.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria; CAMARGO, Neilor Firmino. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 22, n. 1, p. 28–55, 2016. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; TIEPOLO, Liliani Marília; CAMARGO, Neilor Firmino; MARQUES, Paulo Henrique Carneiro. As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares. *Guaju*, v. 2, n. 2, p. 3–25, 2016.

JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Firmino. Redes de financiadores, partidos políticos e candidatos nas eleições de 2014 no Brasil. *Anais do Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, 10, 1-19. 2016

JUNCKES, Ivan Jairo; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Firmino; SILVA, Edson Armando; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Poder e democracia: uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 100, p. e3410006, 2019. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS.

JUNCKES, Ivan Jairo; CAMARGO, Neilor Firmino; SILVA, Luiz Fernando Zelinski; SILVA JÚNIOR, W. O financiamento eleitoral no Brasil: mudanças e persistências nas eleições para vereador entre 2008 e 2020. In: 45º Encontro Anual da ANPOCS (2021), 2021, VIRTUAL. *ANAIAS DO 45º Encontro Anual da ANPOCS (2021)*. ANPOCS: ANPOCS, 2021. v. 1. p. 1-20.

MANCUSO, Wagner Pralon; SANTOS, Manoel; BARBOZA, Danilo; RESENDE, Ciro. Financiamento eleitoral e comportamento parlamentar: a relação entre doações da indústria e proposição de leis. Texto para Discussão, p. http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35118&Itemid=6, 2020.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54, p. 155–183, 2015. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235409>.

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento de campanhas e prestação de contas. *Cadernos Adenauer*, v. 15, n. 1, p. 135-150, 2014.

MELO, João Eduardo Branco de; FRITZEN, Adriano; FERNANDES, Sandra Beatriz Vicenci; SIEDENBERG, Dieter Rügert; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. Política e meio ambiente: a influência do lobby nas decisões legislativas. *Revista Grifos*, v. 27, n. 44, p. 92, 2018. <https://doi.org/10.22295/grifos.v27i44.4273>.

RESENDE, Roberta Carnelos; SCHAEFER, Bruno Marques Marques; DE SOUSA FERNANDES EPITÁCIO, Sara; BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. Comportamento parlamentar e financiamento de campanha: o caso do rompimento da barragem em Mariana. *Revista Debates*, v. 14, n. 3, p. 23–42, 2020.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, Manoel Leonardo; MANCUSO, Wagner Pralon; RESENDE, Ciro Antônio da Silva; BARBOZA, Danilo Praxedes. Financiamento de Campanha e Lobbying Empresarial nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Texto para Discussão, p. 1–54, 2021.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPECK, Bruno Wilhelm. "Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil", 2016.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, v. 11, p. 287-336, 2005.